


CONVITE
PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, convida-se V.Ex.^a a apresentar proposta relativa a:

Aquisição de 2 cadeiras de escritório

1. **Entidade adjudicante:** Município de Alfândega da Fé, Largo D. Dinis, 5350-045, Alfândega da Fé, tel.279468120.
2. **Órgão que tomou a decisão de contratar:** O Presidente da Câmara, por despacho datado de quatro de março de dois mil e vinte, tendo presente as competências que decorrem da Lei no âmbito da autorização da despesa.
3. **Fundamento da escolha do procedimento de ajuste direto:**
De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea d), do CCP, a escolha do procedimento de ajuste direto é feita tendo por base o valor do contrato.
4. **Documentos que devem acompanhar a proposta:**
 - I. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I, de acordo com o art.º 55º do CCP, ao presente convite, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - II. Documento que contenha o preço proposto de acordo com o concorrente se dispõe a contratar.
 - III A proposta e demais documentos que a constituem serão redigidos em língua portuguesa;
 - IV A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o fazer.
5. **Entrega da proposta e prazo:**
A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, designadamente cmafe.ccp.alfandega@gmail.com e preferencialmente encriptada, tendo o (s) interessado (s) de enviar código de acesso, até às 12:30h; após o término para a apresentação da proposta (9º dia).
6. **Prazo para apresentação da proposta:** 8(oito) dias e até às 23:59 do último dia, seguidos a contar da data do envio do presente convite.
7. **Caução** (modo e valor, se aplicável)
Não será exigida ao adjudicatário a prestação de caução.

8. Esclarecimentos:

Nos termos do artigo 116.º do CCP os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Em conformidade com o disposto no artigo 125.º do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

9. Decisão de adjudicação e apresentação de documentos:

Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II (alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP);

Tendo em vista a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, poderá ainda ser concedido pela entidade adjudicante um prazo de cinco dias úteis, em cumprimento do preceituado na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

Alfândega da Fé, 5 de março de 2020.

O Presidente da Câmara,
Eduardo Tavares em 07-03-2020



(Eduardo Manuel Dobrões Tavares)